



**Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio
Lula da Silva, à TV TEM**

Sorocaba-SP, 02 de março de 2010

Jornalista: Presidente, vamos começar falando, então, sobre a Case, um grande investimento para Sorocaba, trazendo dois mil empregos, que reflete também – ela fabrica maquinários pesados e também equipamentos agrícolas –, reflete também um bom aumento do agronegócio. Segundo dados do próprio Ministério da Agricultura, deve crescer 4% este ano em relação ao ano passado. Na opinião do senhor, a que deve esse crescimento?

Presidente: Leandro, primeiro, eu penso que um investimento daqueles se deve, sobretudo, na confiança que desperta a economia brasileira no mundo. Nós temos muitos investimentos diretos no Brasil hoje e, sobretudo esses investimentos que estão ligados à agricultura, demonstram claramente que a agricultura brasileira tem um futuro excepcional. Eu digo sempre o seguinte: eu acordo todo dia pedindo a Deus que cada dia mais apareça chinês comendo, indiano comendo, africano comendo, latino-americano comendo, porque, quanto mais o povo comer, mais o Brasil vai ter que produzir, porque não tem nenhum país do mundo que tenha a quantidade de terras agricultáveis que tem o Brasil, nem tampouco a quantidade de sol e chuva na combinação perfeita para formar a fotossíntese que a agricultura mundial precisa.

Então, eu penso que o Brasil tende a crescer daqui para frente, cada vez mais. Obviamente que a agricultura é sempre uma coisa cíclica, tem ano que ela decresce, tem ano que ela cresce, mas o que é importante é que nós estamos aumentando a produtividade por hectare e, ao mesmo tempo, estamos combinando esse aumento de produtividade com aumento de área plantada, numa demonstração de confiança, porque o mundo está consumindo



mais e porque os preços das *commodities* estão muito bem no mercado internacional.

Jornalista: (incompreensível) o senhor falou dessa questão de “as pessoas estão confiando mais no Brasil”. Vamos falar um pouquinho de segurança no campo, então, Presidente. O número de invasões no campo tem aumentado, (incompreensível) nesse governo em relação ao ano passado, de acordo com dados da própria Comissão Pastoral da Terra. E tem também essa questão do Programa Nacional de Direitos Humanos, que setores dizem que pode até aumentar essa questão da impunidade no campo, porque dificultaria as ações de reintegração de posse. Esse crescimento não seria ainda maior se houvesse um combate mais efetivo a essas ocupações, por exemplo?

Presidente: Olha, primeiro, Leandro, é importante você ver o seguinte: se você pegar os 27 estados da Federação, você vai perceber que esse crescimento que a CPT publica é com relação a São Paulo. Porque em todos os outros estados da Federação diminuiu em 50% as ocupações de terra. E aqui em São Paulo nós temos um problema, porque toda a área do Pontal do Paranapanema, que é a área mais nervosa, é terra do estado de São Paulo. Portanto, são conflitos estaduais que o governo do estado vai ter que resolver. Eu lembro que isso vem desde o tempo do governo Montoro, quando ele foi eleito, em 1982. E grande parte das terras assentadas aqui em São Paulo ainda foram feitas pelo governo federal. Obviamente que São Paulo tem o Instituto da Terra e eu espero que resolva os problemas dos conflitos do Pontal do Paranapanema. E na medida em que for necessário o governo federal participar aqui em São Paulo, nós participaremos. Agora, no Brasil inteiro tem diminuído muito as ocupações de terra.

Jornalista: Mas os dados da comissão mostram que, em termos gerais,



aumentou 11%.

Presidente: No Brasil inteiro diminuiu. No Brasil inteiro diminuiu. Nós podemos enviar para você esses dados pelo Incra, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. E nós achamos que isso não tem muita ligação com a questão dos direitos humanos. Fazer essa ligação direta, Leandro, é uma coisa equivocada. Veja, o que é o resultado do debate sobre direitos humanos? Você teve conferências municipais, conferências estaduais, e teve uma conferência nacional que envolveu amplos setores da sociedade brasileira que aprovaram uma tese sobre a questão dos direitos humanos, onde tem muitas coisas que eu, particularmente, não concordo, tem muitas coisas que um segmento concorda e o outro não concorda. E quando você resolver transformar isso em lei, obviamente que você vai mandar para o Congresso Nacional, e o Congresso Nacional vai apurar ou depurar algumas das coisas que foram aprovadas na conferência.

Jornalista: Com relação a essa questão dos conflitos agrários, o senhor acha que o governo federal fez o suficiente ou ainda há por se fazer (incompreensível)?

Presidente: Não, sempre há o que fazer, veja... Porque nós defendemos que a reforma agrária deve ser tranquila e pacífica. Eu, por exemplo, não concordo com determinados tipos de ocupações, como foi feita na Cutrale. Não é possível você aceitar que você confunda a luta pela reforma agrária com ato de vandalismo. Não é possível. Entretanto, eu acho que nós temos que ter em conta que um movimento é uma realidade, que a necessidade de terra é uma realidade, apesar de o nosso governo ter desapropriado mais de 45 milhões de hectares até hoje. Ou seja, mais de 50% de tudo o que foi desapropriado no Brasil foi no nosso governo. E acho que é preciso fazer mais ainda para que a



gente possa garantir que haja a paz no campo. E, sobretudo, acabar com essa discussão maluca entre a pequena propriedade e a grande propriedade. O Brasil precisa das duas. O Brasil precisa do agronegócio e o Brasil precisa da agricultura familiar, e cabe ao governo trabalhar para que os dois segmentos vivam em harmonia.

Jornalista: Presidente, mudando de tema um pouquinho, falando sobre transportes. Hoje, as principais vias públicas do País são... as principais vias de transporte do País são privatizadas. Por exemplo, a questão das ferrovias, que muitas são privatizadas, mas elas ainda não atendem aos anseios, todos os anseios da população, e nem também reduzem o chamado custo-Brasil. As ferrovias... nas ferrovias, o transporte de passageiros praticamente não existe e o transporte de cargas poderia ser muito maior do que já é hoje. No caso das rodovias, os buracos diminuíram, mas ainda existem, e tem também a questão das duplicações, que são muito cobradas, como no caso da BR-153. Como o governo acompanha o prazo e a execução desses contratos?

Presidente: Olha, primeiro, quando você faz um contrato de licitação para concessão, você, no contrato, estabelece o prazo pela qual a empresa ganhadora tem que fazer as obras. E a empresa que ganhou a BR-153 está no prazo de fazer a reforma que ela tem que fazer. Portanto, ela não está descumprindo, ela está dentro do prazo. O que é importante é que ela cumpra aquilo que está no contrato.

No caso da ferrovia, nós estamos trabalhando fortemente para que a gente possa recuperar a ferrovia... as ferrovias brasileiras. Elas foram privatizadas de forma, eu diria, questionável, algumas foram quase que doadas. E muitos empresários não fizeram os investimentos que precisariam ser feitos.



Nós tomamos uma decisão de fazer da ferrovia um dos tripés do nosso sistema intermodal de transporte. Estamos fazendo muitos quilômetros da Ferrovia Norte-Sul. Vamos agora começar a pedra fundamental e começar a licitação da Leste-Oeste, ligando a Bahia, de Porto de Ilhéus, até Tocantins para fazer a ligação, e de Tocantins até Belém, para que a gente possa interligar o Brasil com ferrovia. E vamos também fazer a Transnordestina, que são quase 1.900 quilômetros de ferrovia, que liga o porto de Pecém, o porto de Suape, a Elizeu Martins e, depois, com ramais para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte.

Uma outra coisa importante é que a Ferrovia Norte-Sul, na hora em que a gente chegar a Anápolis, nós vamos trazer... Ou, melhor, a Palmas, nós vamos trazer ela até Estrela do Oeste, ou seja, nós vamos praticamente interligar do porto de Itaqui ao porto de Santos com a ferrovia, e isso é um programa que vai estar no PAC 2, que vamos apresentar agora.

E vamos começar a discutir um último tripé do nosso sistema de transporte intermodal, que é as hidrovias. Era muito difícil discutir hidrovia no Brasil porque ela está umbilicalmente ligada à discussão das hidrelétricas, e nós não podemos misturar, porque senão o cidadão que constrói a hidrelétrica vai colocar no preço da energia que você vai pagar o preço da hidrovia.

Então, nós queremos fazer isso separado, para que não entre no preço. E aí, há, hoje, uma concordância do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, de que a hidrovia é um meio de transporte mais seguro e menos poluente. Portanto, não era a visão que nós tínhamos alguns anos atrás. E isso vai facilitar para que a gente ocupe a capacidade de escoamento que os grandes rios brasileiros podem oferecer para os produtos brasileiros. E aí nós vamos baratear os produtos e ganhar muito mais densidade no comércio internacional.

Jornalista: Só pegando um gancho. O senhor falou, assim, da questão das hidrelétricas, vão querer repassar para os consumidores o custo das hidrovias



na conta. Saiu uma pesquisa recentemente mostrando que a conta de energia paga pelos brasileiros é.. está em patamares de primeiro mundo. O senhor acha que a conta de energia no Brasil é cara? Tem espaço para diminuir?

Presidente: Tem espaço para diminuir e, na medida em que vai... que as hidrelétricas vão se pagando, vai ficar mais barato o preço da energia. Nós agora acabamos de fazer... tomar uma medida, que nós barateamos o custo do pagamento para as pessoas que utilizam até 30 kw, ou 80, para que essas pessoas não paguem. Sobretudo as pessoas que moram em comunidade, as pessoas da periferia que usam menos energia, que essas pessoas tenham o preço bem diminuído, para que isso não pese no orçamento das pessoas.

E eu acho que, na medida em que a gente vá construindo mais hidrelétricas, e é importante saber: quanto mais exigência as pessoas fizerem, sabe, quando você for fazer o licenciamento que tiver mais exigência, quanto mais benefícios as empresas tiverem que fazer, mais caro vai ficar o preço da energia. Então, quanto mais distante for a hidrelétrica e quanto mais distante for a linha de transmissão... Você trazer, por exemplo, de Porto Velho, em Rondônia, até Araraquara, certamente vai ficar mais cara a energia. O ideal é que a gente possa combinar, sobretudo na questão da produção industrial, desenvolver mais próximos das hidrelétricas para que a gente possa gastar... tornar a energia mais barata. Nós achamos que a energia pode ser barateada no Brasil.

Jornalista: Presidente, o senhor esteve no Chile ontem, o senhor conversou com a presidente Michelle Bachelet. Eu queria que o senhor falasse um pouquinho da impressão que o senhor teve do que está acontecendo no Chile.

Presidente: Olha, não tem muita explicação, porque esses fenômenos da natureza a gente não consegue explicar. Ontem, mesmo com a presidenta



Michelle Bachelet, eles imaginavam que tinha acontecido uma coisa e dois dias depois eles perceberam que tinha acontecido muito mais coisa do que eles imaginavam. Teve casa e teve prédio que caiu no dia seguinte ao terremoto. Qual é a vantagem que tem o Chile? É que o Chile é um país mais estruturado. Diferentemente do Haiti, é importante lembrar que a energia do terremoto do Chile foi cinquenta vezes superior à energia do terremoto do Haiti. Acontece que o Chile é mais preparado, tem prédios mais sólidos, tem uma estrutura, eu diria, mais resistente, e não aconteceu toda a desgraça que aconteceu no Haiti. E outra vantagem é que, para você recuperar o Chile, vai levar tempo, mas o Chile é um país que precisa de financiamento agora, de crédito, e eu acho que o mundo precisa disponibilizar o crédito para que o Chile possa ser reconstruído.

O povo chileno já tem mais ou menos o hábito, porque, a cada trinta anos, a cada vinte anos, acontece um terremoto. Esse foi o segundo maior terremoto da história, e o primeiro foi no Chile, em 1960. Então, eu penso que os chilenos vão se reconstruir, o Brasil vai ser solidário, o Brasil vai ajudar. Já estamos mandando hoje hospital de campanha, máquinas que eles precisam para purificar a água, estamos mandando máquina para fazer tratamento de saúde, ou seja, nós vamos dar a nossa contribuição. E, sobretudo, eu acho que o Brasil precisa, a nível internacional, discutir com os países que têm mais recursos para que a gente coloque uma linha de crédito, disponibilizando financiamento para o Chile.

Agora, essas coisas, também, nós só poderemos fazer na medida em que o país precise e peça. O Chile está trocando de governo, no dia 11 troca de governo, então... Nós vamos continuar trabalhando com a Michelle Bachelet, mas vamos, sobretudo, ver o novo governo, quais são os planos que ele tem para a reconstrução do Chile, e aí o Brasil vai participar.



Jornalista: O senhor já chegou a conversar com o novo presidente, Sebastián Piñera, ou conversou com a Michelle Bachelet sobre ele?

Presidente: Não, eu conversei com o Piñera, porque ele me visitou, encontrei com ele no México na última terça-feira – terça-feira da semana passada –, mas não tinha tido ainda o terremoto. Não sei se vai ter a posse do Piñera, se vai ser mantida a festa da posse dele, porque estava marcado que eu ia ao Chile no dia 11. Se for mantida a posse, eu vou ao Chile, e talvez a gente possa conversar com o Piñera.

O Brasil tem uma boa relação com o Chile, e a relação do Brasil não é uma relação pessoal de amizade. A nossa relação é relação de Estado para Estado. Quem quer que seja o presidente do Chile, nós vamos trabalhar para ajudar o Chile.

Jornalista: O senhor falou de ajuda ao Chile, da questão da criação de um fundo para ajudar o Chile. O senhor acha que o Brasil pode encabeçar essa iniciativa mundial?

Presidente: Eu acho que o Brasil pode ser um dos países de mais destaque na ajuda ao Chile. Eu fui o primeiro presidente a botar os pés no Chile depois do terremoto. E fui porque eu estava na posse do presidente Pepe Mujica, no Uruguai, estava há 1h50 de Santiago. Eu falei: bom, se eu tiver que voltar a São Paulo ou a Brasília para depois ir ao Chile, eu já aproveito e já vou daqui mesmo. Liguei para a Michelle Bachelet, e tivemos um encontro no aeroporto, onde eu ouvi dela as necessidades do Chile e mostrei para ela aquilo que o Brasil pode fazer. E nós poderemos fazer muita coisa para ajudar o Chile.



Jornalista: Presidente, este ano tem eleições presidenciais, e pela primeira vez, desde a redemocratização, o senhor não é candidato. Como o senhor está se sentindo e como o senhor está levando isso?

Presidente: Olha, eu penso que é um bem para o Brasil. Eu fui candidato desde 1989, esta vai ser a primeira eleição que não vai ter meu nome na cédula. Eu acho que até eu vou estranhar.

Mas o dado concreto é que nós vamos ter uma extraordinária campanha, todo mundo sabe que o Governo tem candidata, que o Governo quer fazer a sua sucessão, e eu acho que nós estamos preparados para eleger a Dilma presidente da República. Obviamente que a campanha vai começar ainda, vai ter as convenções partidárias, mas eu acho que por tudo o que o governo tem trabalhado, por tudo que o governo tem feito, pelos bons momentos que vive a economia brasileira, a Dilma tem condições de encarnar esta coisa que está acontecendo no Brasil. Ela é uma mulher altamente competente, uma mulher preparada, conhece o Brasil, é a mulher que coordenou praticamente o PAC, o programa Minha Casa, Minha Vida e, portanto, é uma mulher que está talhada para assumir a Presidência da República.

Jornalista: Presidente, uma última questão agora, com relação aos investimentos que têm sido feitos pelo governo, até no gerenciamento, vamos dizer assim, das receitas, das riquezas naturais do Brasil. Tem se criado e tem se falado na hipótese de criar mais empresas estatais para administrar essas riquezas naturais, até na questão dos fertilizantes, que saiu agora há pouco, tem também a PetroSal, tem da exploração de minérios. O senhor imagina que é por aí que vai se preservar (incompreensível)?

Presidente: Veja, nós não temos nem interesse nem prioridade de criar empresas estatais para fazer aquilo que a empresa privada pode fazer muito



bem. No caso do fertilizante, você tem a Vale do Rio Doce, que está fazendo investimento forte em fertilizante. E você tem a Petrobras que também vai fazer fertilizante. A Vale do Rio Doce é uma empresa privada e a Petrobras é uma empresa pública, mas com ações na Bolsa de Nova York. O Estado não quer ser o gerente, o Estado quer ser o indutor, e ao mesmo tempo o regulador, para que as coisas funcionem bem. Você induz o investimento, você induz a região que aquele investimento vai ter e você fiscaliza para saber se as coisas estão andando bem. Esse é o papel do Estado. O que não é possível é o Brasil continuar importando 80% de todo o fertilizante que usa, com a imensidão territorial que nós temos. Então, nós precisamos cuidar disso. E naquilo que for necessário o País fazer, o Estado fazer, nós vamos fazer.

Eu vou dar um exemplo: na crise econômica, começou a ter um problema muito sério no mercado de financiamento de carros utilizados. Quem financiava mais eram os bancos pequenos, que não tinham mais crédito, e o Banco Votorantim. Nós não vacilamos, ou seja, nós tomamos a decisão de comprar 50% do Banco Votorantim, fazer o Banco do Brasil ficar sócio do Banco Votorantim.

Nós tivemos problemas, sabe? Vamos comprar a Nossa Caixa, compramos a Nossa Caixa, aqui em São Paulo. Ou seja, na medida em que for necessário o Estado entrar, o Estado entrará, ou como indutor... e se não tiver ninguém para fazer uma coisa que seja considerada estratégica para o País nós faremos.

Eu vou dar um outro exemplo: a questão da Eletrobrás. Eu sou favorável que a gente tenha uma Eletrobrás forte, uma empresa competitiva internacionalmente, uma empresa capaz de fazer financiamento e fazer obra no Brasil. Por quê? Porque se você quiser fazer uma hidrelétrica e as empresas particulares oferecerem um preço que seja visto pelo governo brasileiro ou pela Eletrobrás como um preço exagerado, ela pode assumir a responsabilidade de fazer essa obra. Ou seja, o que nós precisamos, eu digo



assim, em uma gíria muito popular, é “ter bala na agulha”. Nós não queremos fazer, mas se a empresa privada ficar brincando, nós faremos.

Eu vou dar outro exemplo: a BR-101 Nordeste, que é uma grande rodovia que liga o Brasil inteiro. Quando nós começamos a fazer a obra, o preço era muito alto, o que nós fizemos? Colocamos o Exército para fazer a obra. Até que você consiga fazer com que as empresas privadas coloquem um preço que seja acessível para os cofres públicos e de acordo com o preço legítimo das obras.

Então, o Estado brasileiro sempre agirá em defesa dos interesses públicos. Não vamos... Não somos daqueles que defendemos um Estado fraco, um Estado omissivo, um Estado... Não. Para nós, o Estado tem que ser forte. Forte e justo.

É por isso que nós estamos discutindo, nesse momento, a questão da banda larga. Levar Internet banda larga na casa de todo brasileiro, nós queremos levar. Se a iniciativa privada levar, ótimo. Mas, se não levar, pode ficar certo que o Estado vai levar.

Jornalista: Certo. Muito obrigado, Presidente.

Presidente: Obrigado a você, Leandro.

(\$31DHJLP)